

CONTRASTE NAS MORTES VIOLENTAS NO BRASIL E EM SÃO PAULO¹

Artur Zimmerman²

Lucas Younes Natacci³

1

Resumo. Este *paper* traz dados sobre os homicídios no Brasil e no estado de São Paulo, após discorrer sobre o perfil da vítima, e buscar identificar os elementos propulsores da violência fatal em uma das regiões do planeta onde mais se mata e se morre por causas externas. Além disso, constatamos uma abrupta redução dos homicídios no Estado de São Paulo nos últimos anos e esse fato é relevante para: (a) auxiliar outras localidades com similar estrutura a reduzir seus índices de homicídios; e (b) ultrapassar a percepção que temos com as notícias jornalísticas de que ocorre uma piora drástica nos dados de violência do estado, o que pode ser verídico em se tratando de outras formas de violência, porém não retrata a realidade em termos de assassinatos.

¹ Este texto foi originalmente escrito para tratar da região do Grande ABC, e apresentado, em parte, na Associação Brasileira de Ciência Política, em Gramado, RS, em agosto de 2012. Nesta versão tratamos da segurança no Brasil e no Estado de São Paulo.

² Professor do Bacharelado em Políticas Públicas da Universidade Federal do ABC (UFABC) e do Programa de Pós-Graduação Planejamento e Gestão do Território (UFABC).

³ Aluno de graduação do Bacharelado em Ciências Econômicas da UFABC.

I. HOMICÍDIOS NO BRASIL E O PERFIL DA VÍTIMA

O Brasil é um dos líderes em mortes violentas no mundo. Num estudo envolvendo 125 países, em 2010 o país se colocou na 15ª posição mais violenta (UNODC, 2011). No entanto, houve uma redução na taxa de homicídios nos últimos anos, já que no ano anterior o Brasil ocupava a 12ª posição. Muitos países em guerra civil apresentam índices menos dramáticos do que o Brasil quando mencionada a categoria do homicídio.

As vítimas (que são também muitas vezes os próprios algozes) exibem um perfil específico. Identificar os “grupos de risco” é o primeiro passo para tentar pensar em termos de políticas de segurança, que quase sempre devem ser auxiliadas por políticas sociais, de esporte e lazer, e afins.

Jovens entre 15 e 34 anos, são os que mais morrem vítimas de homicídio por todo país. Da taxa de 25 homicídios por 100 mil habitantes a nível nacional, em média, essa valor mais que duplica, passando para 60 quando o foco são os jovens, e subindo muito mais, dependendo da fonte mencionada.

A figura abaixo aponta para essa situação:

Tabela 1 – Número de homicídios por faixa etária, Brasil, 2008.

Faixa etária	Número de homicídios
0 a 4	164
5 a 9	111
10 a 14	615
15 a 19	7543
20 a 24	11.053
25 a 29	9146
30 a 34	6241
35 a 39	4382
40 a 44	3266
45 a 49	2299
50 a 59	2684
60 a 69	1102
70 ou +	662

Fonte: Elaboração própria (baseado em dados de WAISELFISZ, 2011).

Enquanto nas décadas passadas as mortes surgiam em decorrência de epidemias e doenças infecciosas, aos poucos, as denominadas "causas externas" (principalmente homicídios e acidentes de trânsito) tornaram-se os principais fatores causadores das mortes entre os jovens; fato visível quando em 1980, cerca de 50% das mortes decorriam das causas externas e, em 2008, este fator respondia por 72,1% das ocorrências (WAISELFISZ, 2011, p.18).

Além dos jovens, os mais propensos a serem vítimas de homicídios são as pessoas das cores preta e parda (classificação negra, de acordo ao IBGE). Vemos que, para cada branco assassinado em 2008, morreram, proporcionalmente, mais de 2 negros nas mesmas circunstâncias. Pelo balanço histórico dos últimos anos, a tendência desses níveis pesados de vitimização é crescer ainda mais.

Os homens representam o gênero mais vulnerável em se tratando de homicídios, sendo vítimas em mais de 91% dos homicídios ocorridos em 2009 no país, com proporções estáveis ao longo das décadas estudadas. A mulher apresenta maior probabilidade de ser morta em decorrência de uma discussão doméstica, ao passo que o homem tende a ser assassinado em decorrência de uma discussão potencializada pela ingestão de bebidas alcoólicas (SOARES, 2008, p.115).

Com isso, vimos que no Brasil, o perfil mais vulnerável para ser vítima de homicídio, são os jovens negros do sexo masculino, que moram em regiões metropolitanas.

II. ELEMENTOS PROPULSORES DA VIOLÊNCIA NO BRASIL

A literatura tem apontado para as possíveis causas que determinam a ocorrência da elevada taxa de homicídios no país, as quais pretendemos discorrer a seguir com um maior detalhamento.

Especialistas da área de segurança e violência têm discutido, dentre outras questões ligadas à área, razões que explicariam a alta taxa de homicídios no país e, até mesmo, que determinariam a violência existente. Dentre as várias questões, as que mais satisfazem são: (a) o consumo e o tráfico de drogas; (b) o policiamento repressivo; (c) a facilidade ao acesso às armas; (d) o crescimento desenfreado da população urbana; (e) a exclusão ligada à desigualdade socioeconômica; (f) a falência do sistema de justiça criminal; e (g) a falta de uma Política de Segurança Pública consistente e contínua.

II.1 O Consumo e o Tráfico de Drogas

O consumo e o tráfico de drogas estão fortemente associados à elevada violência no Brasil e no mundo. O mercado ilegal de drogas movimenta somas astronômicas de dinheiro (ZALUAR, 2007, p.2), o que dificulta o sucesso de políticas públicas de segurança e fomenta, inclusive, guerras civis, como na Colômbia, por exemplo.

Jovens de áreas excluídas acabam por entrar nesse meio violento por falta de perspectiva, ainda mais com a ausência de políticas públicas específicas para esse grupo vulnerável.

Ademais, surge uma dúvida nos últimos tempos: a prioridade são traficantes ou consumidores? O secretário executivo da Interpol, Robert Kendall, afirma que seria melhor se as forças de polícia não fossem empregadas para caçar os consumidores de droga ou os pequenos negociantes, e atribuíssem muito mais seus recursos à repressão de grandes traficantes e de lavadores do dinheiro sujo (ZALUAR, 2007, p.2). Mesmo no recente filme documentário “Quebrando o tabu”, dirigido por Fernando Grostein Andrade, vários políticos renomados, do Brasil e fora dele, apontaram para a descriminalização das drogas leves como possibilidade para focar nos criminosos reais, os traficantes de drogas e com isso combater mais eficazmente esse fenômeno, reduzindo a violência oriunda do tráfico.

II.2 O Policiamento Repressivo

A polícia que, incumbida pelo Estado, tem a função de zelar pela paz em nossa sociedade, acaba sendo, em decorrência dos abusos cometidos pela instituição policial, um problema para a população que, ao invés de sentir-se segura diante de sua presença, teme a proximidade com uma viatura. Isso provavelmente ocorre em maior proporção com o perfil padrão da vítima, ou seja, jovem, negro, masculino, e incluímos os de renda baixa, que será discutido mais adiante.

Em alguns estados brasileiros, a violência da polícia transformou-se em um grande problema, afetando diretamente os pobres das favelas e das periferias, que se veem encurralados entre a violência de traficantes, geralmente armados tão bem ou até melhores em relação à polícia e à violência e corrupção policial (RAMOS e LEMGRUBER, 2004, p.5). No Rio de Janeiro, segundo RAMOS e LEMGRUBER (2004), a polícia foi responsável por mais de 10% dos homicídios dolosos, representando cerca de 900 mortes, as quais foram registradas como autos de resistência em 2002, e a 1195 mortes em 2003, demonstrando um crescimento significativo da violência policial.

Na tentativa de indicar a magnitude do problema, todas as forças policiais americanas, no período entre 2002 e 2004, mataram, em média, 363 civis por ano. Em outras palavras, as polícias civil e militar do Rio de Janeiro mataram quase três vezes mais do que todas as polícias americanas juntas nesse período (CERQUEIRA, LOBÃO, CARVALHO, 2005, p.29), o que pode indicar uma má seleção de recursos humanos e um despreparo no exercício de função de extrema relevância para a segurança dos cidadãos.

II.3 Fácil Acesso às Armas

"Enquanto nos Estados Unidos cerca de 43% dos homicídios são perpetrados por armas de fogo, no Brasil, esse índice é de 74%" (CERQUEIRA, LOBÃO, CARVALHO, 2005, p.20).

Importante ressaltar que no Brasil, a aquisição legal de uma arma depende de o portador ter no mínimo 25 anos e justificar sua efetiva necessidade. O interessado deve comprovar idoneidade por meio de certidão de antecedentes criminais fornecida pelas justiças Federal, Estadual, Militar e Eleitoral; ter residência fixa; comprovar ocupação lícita e ter capacidade técnica e de aptidão psicológica. Também não pode estar respondendo a inquérito policial ou processo criminal (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA,

online).

Além disso, a legislação diz que transportar uma arma, sem autorização, configura crime (art. 14 da Lei 10.826/03), mesmo que tenha sido adquirida legalmente.

Apesar da burocracia existente, dados oficiais mostram que 80% dos crimes ocorridos no país são realizados com armas adquiridas legalmente, sendo a mais utilizada o revólver calibre 38 (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, *online*).

Como tentativa de conter a violência decorrente das armas de fogo, foi criado, em 2003, o Estatuto do Desarmamento que regulamenta o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição no Brasil. Este estatuto prevê a realização de campanhas de desarmamento da população. Nas duas campanhas já realizadas, detectou-se em algumas regiões a diminuição de até 50% no índice de homicídios (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, *online*).

Apesar do mencionado acima, a facilidade de acesso de que trata este tópico é referente à aquisição ilegal. No Brasil estamos em uma situação tão extrema que muitas das armas utilizadas por bandidos, assassinos e traficantes são roubadas do próprio exército do país. As Forças Armadas vêm evitando recrutar jovens moradores de favelas, pois após o serviço militar, onde aprendem a manusear os equipamentos, muitos deles são “convidados” pelos bandidos a montar e desmontar as armas automáticas, exclusivas das Forças Armadas que foram roubadas de depósitos militares (ZALUAR, 2007, p.16).

II.4 Crescimento Populacional

Em cinco décadas, a população brasileira praticamente dobrou de tamanho, passando de 94 milhões em 1970, para 190 milhões em 2010, somando 7 bilhões de habitantes em todo o mundo.

Esse fenômeno, que ocorreu mais intensamente nos grandes centros urbanos, gerou uma enorme demanda por políticas habitacionais, educacionais, laborais e nas áreas de saúde e de segurança pública. Infelizmente elas não puderam ser adequadamente atendidas pelo Estado, dada a escassez de recursos, ou até mesmo pela rigidez do modelo de burocracia governamental vigente, que privilegiava a prestação do serviço em detrimento da prevenção e solução do problema (CERQUEIRA, LOBÃO, CARVALHO, 2005, p.17).

Independentemente da razão pela qual o crescimento populacional não foi acompanhado pelas políticas públicas necessárias, o fato é que esta falta deu margem ao aumento da violência Brasil afora.

Pessoas sem ter onde morar, crianças sem ter onde estudar, enfermos sem atendimento, jovens sem trabalho; esses e outros problemas provenientes de um crescimento populacional elevado, como o visto no Brasil, corroboram para um possível aumento da violência, principalmente nos grande centros urbanos e metrópoles, onde a concentração de habitantes é elevada, exigindo maior atenção à prestação de serviços elementares, o que quase sempre não ocorre na mesma proporção do crescimento populacional.

7

II.5 Desigualdade Socioeconômica

Indicadores de urbanização, concentração de renda, renda média mensal, escolaridade e raça/cor (...); em seu conjunto, apontam para a importância da desigualdade socioeconômica na predição da vitimização por homicídio (FILHO, 2007, p.11).

A maior prevalência de homicídios em um determinado município poderia ser explicada pela maior desigualdade de renda, e tal hipótese apresentou significância estatística nos estudos de Carvalho, Cerqueira e Lobão (2005). Tanto a desigualdade como a pobreza fazem parte do rol de explicações que tem seu lugar garantido em modelos de incidência da violência, pela literatura acadêmica, apesar de seu papel não ter sido completamente desvendado, haja visto que no mundo temos sociedades pobres em que o índice de violência é muito baixo e outras em que há violência extrema.

II.6 Sistema de Justiça em Colapso

O sistema de justiça nacional encontra-se em crise. “A falência do sistema de justiça criminal fez ruir um dos principais pilares do Estado de Direito, relacionado à capacidade de responsabilização horizontal (*accountability*) — ou de fazer cumprir as relações contratuais entre os indivíduos e entre esses e as instituições — premiando a impunidade e, no limite, como nos lembra Zaverucha (2004, p.22), levando ao estado de anarquia” (CERQUEIRA, LOBÃO, CARVALHO, 2005, p.1).

Por conta desse sistema que preza pela impunidade, um elevado percentual de

criminosos nunca é preso nem punido, o que provavelmente encoraja a reincidência constante. A este sistema falido podemos complementar com um item anterior sobre desigualdade socioeconômica e afirmar que quem tem recursos pode garantir sua própria impunidade, com bons advogados que entram com *habeas corpus* e com recursos atrás de recursos, conforme facilita a lei. Além disso, o delinquente, tendo conhecimento de que sairá impune ao agir fora da lei é incentivado a cometer crimes. Essa sensação, aliada às demais causas supra citadas, levam ao estabelecimento de um ambiente que propicia o crescimento do crime.

II.7 Inexistência de uma Política de Segurança Pública Consistente

A explosão da violência nas décadas passadas mostra que essa política de segurança pública é inconsistente e está descontextualizada. A literatura aponta alguns problemas que impedem o desenvolvimento de uma Política de Segurança Pública consistente.

- 1) O desenho constitucional do sistema de segurança pública é equivocado, Já que há um duplo comando, estadual e federal tanto das polícias militares quanto dos corpos de bombeiros (GONÇALVES, 2009, p.35). Os governadores ficam com ônus de pagar os salários sem, todavia, poderem decidir qual tipo de armamento deve ser comprado, como as tropas devem ser alinhadas, ou onde devem ser construídos novos quartéis. Para tanto, necessitam de consentimento da Inspeção Geral das Polícias Militares (IGPM), órgão vinculado ao comandante do Exército (ZAVERRUCHA, 2002, p. 85);
- 2) O padrão das instituições policiais é dual: as duas polícias estaduais (civil e militar) possuem cadeias de comando próprias e independentes, e nenhuma delas realiza o ciclo completo da atividade policial (GONÇALVES, 2009);
- 3) Falta de independência das corregedorias policiais: não se tem hoje corregedorias policiais autônomas dos comandos (GONÇALVES, 2009, p.37), e isso prejudica as investigações internas e induz ao corporativismo;
- 4) Baixa eficiência das instituições policiais: as políticas de segurança pública não conseguem ter êxito, já que poucas investigações encontram os responsáveis pelos crimes, levando-os à justiça comum para que sejam exemplarmente punidos.

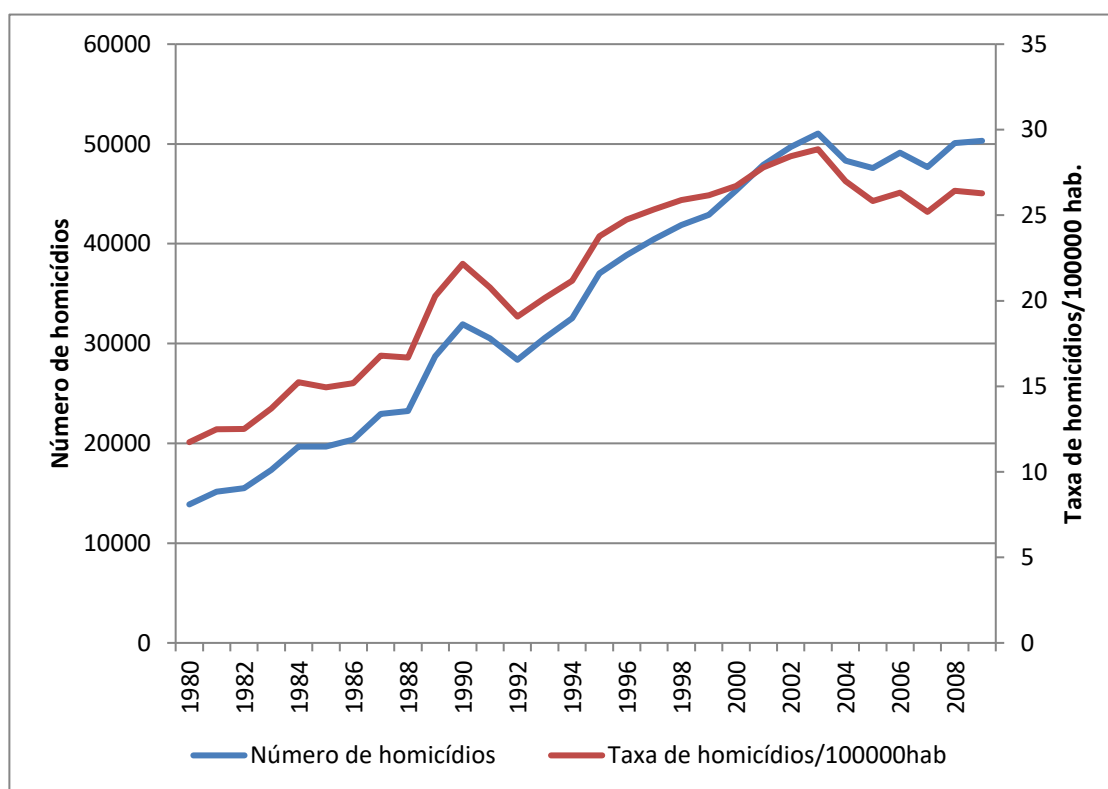
Diante das causas da violência apresentadas, questiona-se o porquê da impotência em combater este modelo fracassado de alto índice de homicídios no país. De acordo a Cerqueira, Lobão e Carvalho (2005), há 3 hipóteses para essa inércia fracassada: (a) falta de recursos; (b) falta de tecnologia e método adequados para prevenir e controlar os crimes eficazmente; (c) falta de interesse em resolver a questão. Os próprios autores chegam à conclusão que o problema não é falta de recursos ou de tecnologia, mas a falta de interesse, já que a inexistência de indicadores de segurança pública minimamente confiáveis, fez com que o embate de ideias se desse no campo da retórica, em vez de estar balizada pela racionalidade e efetividade dos usos dos recursos públicos (CERQUEIRA, LOBÃO, CARVALHO, 2005, p.33).

III. O BRASIL E A VIOLÊNCIA

Na última década, todas as regiões brasileiras apresentaram elevado aumento nos índices de homicídios, com exceção da região sudeste, que trilhou o caminho inverso com redução na taxa de homicídio.

Como podemos notar no gráfico abaixo, em 29 anos os homicídios no país mais que triplicaram, em média. De 15000 homicídios em 1980 passou para mais de 50000 no ano de 2009. As taxas seguiram o mesmo padrão, saindo de cerca de 12 por 100 mil habitantes para próximo dos 28 homicídios por 100 mil pessoas em 2002. Já em 2009, a taxa ficou em aproximadamente 27 homicídios por 100 mil habitantes.

Gráfico 1 – Brasil: número e taxa de homicídios por 100 mil habitantes. Brasil, 1980-2009.

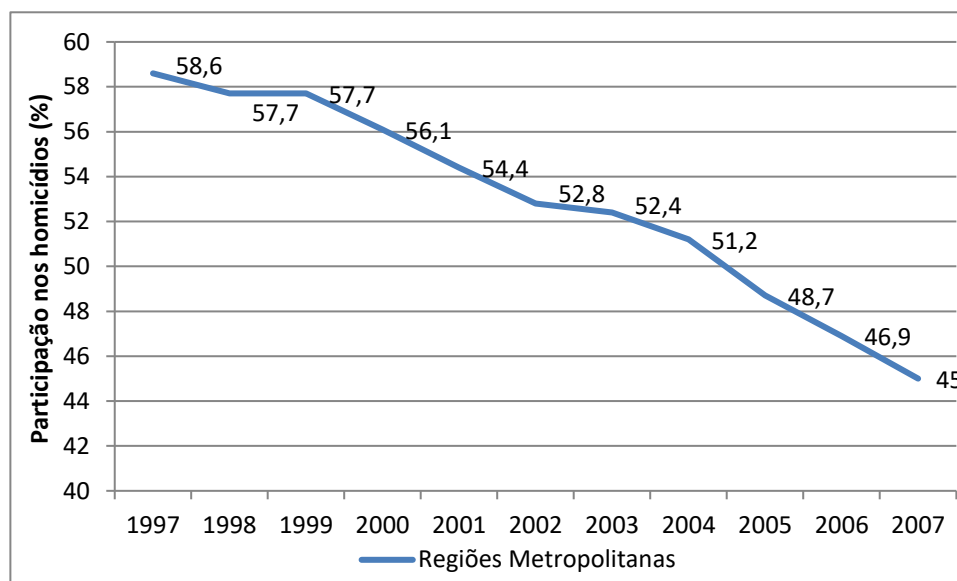


Fonte: Elaboração própria (baseado em dados do IPEADATA).

Como o país é muito desigual, se formos desagregar os dados, e separarmos as regiões metropolitanas do país, as taxas de homicídios aumentam drasticamente em

comparação à média nacional, de acordo ao gráfico a seguir.

Gráfico 2 – Participação (%) das Regiões Metropolitanas nos Homicídios Totais. Brasil, 1997-2007.



Fonte: Elaboração própria (baseado em dados de WAISELFISZ, 2010).

Apesar de a participação das Regiões Metropolitanas estar caindo, os elevados quantitativos indicam claramente que o *locus* privilegiado da violência homicida continua nas grandes cidades e grandes metrópoles (WAISELFISZ, 2011, p.41). Os motivos desse alto índice de homicídios nas metrópoles já foram indicados na parte teórica quando referidos ao crescimento populacional e as possíveis razões para essa maior violência apresentada. Portanto, o perfil da grande maioria das vítimas da violência passa a ser o jovem, masculino, de cor preta, de renda média baixa e que vive nas grandes cidades brasileiras.

IV. O ESTADO DE SÃO PAULO

Faremos agora uma retrospectiva sobre o estado de São Paulo, já que a responsabilidade pelas polícias militar e civil é estadual.

Apesar de o crime organizado ter entrado na agenda federal nos últimos tempos, e ter havido um “aumento midiático” na percepção da violência que abate o estado, São Paulo reduziu de 14001 homicídios no ano de 1998, com taxa de 39,7 por 100 mil, para 6118, com taxa de 14,9 por 100 mil em 2008, uma queda de 56% em números absolutos e de 62,4% em relação à taxa de homicídios por 100 mil habitantes (WAISELFISZ, 2012).

São Paulo deu, sem dúvida, um grande salto, saindo da quinta para a vigésima quinta posição no ordenamento das UFs por taxas de homicídios, apenas atrás dos estados de Santa Catarina e Piauí, apesar de seu número absoluto ainda ser muito alto, devido à grande concentração populacional de população que vive na região. Embora muitos não tenham se dado conta, a magnitude e a rapidez da queda colocam São Paulo no mesmo patamar de conhecidos casos de sucesso da literatura criminal internacional, como Nova Iorque, Cali ou Bogotá (KAHN, ZANETIC, 2006, p.11), apesar de São Paulo não ser incluído nos casos de sucesso da literatura.

Mesmo com o relativo sucesso, tem-se dificuldade em identificar os motivos dessa redução. De acordo à Secretaria de Segurança Pública do estado de São Paulo, essa diminuição ocorreu graças à identificação e prisão de criminosos, à apreensão de armas ilegais, ao aumento da presença de policiais nas ruas, além do mapeamento da criminalidade, usado pela inteligência policial como forma de agir pontualmente na resolução das ocorrências (SSP/SP, *online*). Portanto, a causa da redução, de acordo a essa versão, teria sido basicamente fruto da repressão policial.

Há outras leituras que podem indicar a causa da redução como menor desigualdade socioeconômica, também como o explicado na parte III deste *paper*, de acordo a Kahn e Zanetic (2006), que colocam o sucesso da redução de homicídios em razão do aumento contínuo de alunos matriculados em escolas públicas no estado de São Paulo. Essa maior presença de alunos nas escolas pode, de alguma forma, estar influenciando na redução de parte dos crimes, sobretudo em homicídios, pois, o perfil das

vítimas (e algozes) inclui os adolescentes/jovens, como vimos no início deste artigo.

Provavelmente, a redução de homicídios no estado pode estar relacionada às duas explicações dadas, ou seja, tanto a repressão policial como a melhora na situação de desigualdade socioeconômica contribuíram para essa situação, além de vários outros fatores de impacto, incluindo os itens abordados na discussão da literatura.

Baseado nessas informações, trabalharemos um pouco os dados referentes a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP).

A RMSP que em 1998 apresentou impressionantes 10122 homicídios levando o primeiro lugar no *ranking* de homicídios por região, no ano de 2008, uma década depois, apresentou números 64,2% menor com 3625 homicídios, uma diminuição bastante expressiva. Mesmo assim, a RMSP, por ser a maior região metropolitana do Brasil, ocupa ainda um lugar de destaque no *ranking*, ficando em segundo lugar, lembrando que esse *ranking* refere-se a números absolutos.

As taxas de homicídios por 100 mil habitantes contribuem no sentido de esclarecer o tamanho da evolução ocorrida na RMSP: em 1998 a taxa era de 59,2 homicídios para cada 100 mil habitantes, ficando assim em quarto lugar, enquanto que no ano de 2008, a RMSP passou para o último lugar. Ou seja, é a região metropolitana com as menores taxas de homicídios, atingindo a marca de 18,5 homicídios por 100 mil habitantes como mostra a tabela.

Tabela 2 – Taxas de Homicídio por 100 mil habitantes e valores absolutos, em Regiões Metropolitanas, 1998-2008.

RM	1998		1999		2000		2001		2002		2003	
	Taxa	Absoluto	Taxa	Absoluto	Taxa	Absoluto	Taxa	Absoluto	Taxa	Absoluto	Taxa	Absoluto
Belém	24.3	403	12.5	212	18.9	339	21.6	398	26.1	491	29.1	558
Belo Horizonte	21.4	870	21.8	899	28.8	1254	31.8	1416	39.5	1790	51.7	2386
Curitiba	21.1	554	24.5	658	25.1	694	27	770	28.8	839	35	1042
Fortaleza	17.5	493	22.8	658	26.2	781	24.9	759	27.7	860	26.8	849
Porto Alegre	23	812	22.9	820	26.9	1002	26.6	1006	28.2	1078	28.2	1095
Recife	88.1	2788	80.2	2568	77.2	2577	84.9	2877	74	2534	76.9	2666
Rio de Janeiro	63.3	6464	59.2	6086	56.7	6074	55.3	5980	62.9	6876	58.7	6475
Salvador	15.3	441	7.2	209	11.6	359	19.2	605	21.9	703	29.4	958
São Paulo	59.2	10122	66.4	11499	63.3	11321	61.9	11214	53.6	9855	51.1	9517
Vitória	95.9	1273	86.5	1171	73.6	1059	72.8	1074	81	1216	78.4	1200
Total RM	49.1	24220	49.5	24780	48.9	25460	49.3	26099	48.9	26242	49.1	26746
RM	2004		2005		2006		2007		2008		Variação %	
	Taxa	Absoluto	Taxa	Absoluto	Taxa	Absoluto	Taxa	Absoluto	Taxa	Absoluto	Taxa	Absoluto
Belém	29.9	584	41	837	40	834	37.7	803	56.1	1166	131	189.3
Belo Horizonte	58.7	2756	50.7	2474	46.4	2306	43.9	2225	40	2016	86.3	131.7
Curitiba	38.3	1163	41.2	1313	42.3	1381	39.8	1329	50.6	1649	139	197.7
Fortaleza	27.2	875	29.6	992	31.9	1090	36.4	1267	35	1232	101	149.9
Porto Alegre	29	1138	28.5	1151	26.9	1103	32.8	1364	36.8	1485	60.3	82.9
Recife	73.9	2591	73.1	2632	73.1	2666	72.6	2680	68.4	2553	-22	-8.4
Rio de Janeiro	54.5	6065	49.4	5610	50.3	5773	41.9	4855	36	4165	-43	-35.6
Salvador	29.7	982	40	1372	45.2	1576	50.4	1787	62.6	2360	308	435.1
São Paulo	39.1	7378	28.9	5613	25.6	5028	19.1	3812	18.5	3625	-69	-64.2
Vitória	79.5	1241	71.5	1164	77.7	1291	78.4	1329	80.2	1334	-16	4.8
Total RM	44.9	24773	40.7	23158	39.9	23048	36.6	21451	37	21585	-25	-10.9

Fonte: Elaboração própria (baseado em dados de WAISELFISZ, 2011).

Enquanto outras regiões metropolitanas como Salvador e Curitiba aumentaram significativamente seus números absolutos de homicídios, 435,1% e 197,7%, a RMSP foi a que teve a queda mais expressiva (-64,2%), seguida pelo Rio de Janeiro (-35,6%).

Algumas explicações para tamanha redução foram fornecidas pela SSP/SP e pelos pesquisadores Kahn e Zanetic (2006), por leituras diferentes e complementares. Razões adicionais podem ter colaborado. No entanto, a RMSP é formada por 39 municípios, contemplando a maior população em números absolutos do país e uma alta concentração de violência seria de se esperar.

Estudos mais específicos sobre esta região em destaque devem ser aprofundados para que, descobrindo as reais causas da redução da violência, isso possa auxiliar locais onde há um alto índice de homicídios em uma das regiões do planeta onde mais se mata e se morre por causas externas.

V. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CERQUEIRA, Daniel; LOBÃO, Waldir; CARVALHO, Alexandre X. de. **O jogo dos sete mitos e a miséria da segurança pública no Brasil**. Rio de Janeiro, 2005.

FILHO, Adauto Martins Soares et al. **Análise da mortalidade por homicídios no Brasil**. Artigo publicado pela Vigilância da Saúde - Ministério da Saúde. Brasília, 2007.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (SEADE). Disponível em: <http://www.seade.gov.br>. Acesso em: 12 Junho 2012.

GONÇALVES, Ligia Maria Daher. **Política de segurança pública no Brasil nas pós-transição democrática: deslocamentos em um modelo resistente**. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 Junho 2012.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal>. Acesso em: 12 Junho 2012.

KAHN, Túlio; ZANETIC, André. **O Papel dos Municípios na Segurança Pública**. Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2006.

RAMOS, Silvia; LEMGRUBER, Julita. **Criminalidade e respostas brasileiras à violência**. *Observatório da Cidadania*, 2004.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Campanha Nacional do Desarmamento: Perguntas e Respostas**. Disponível em: <http://www.entreguesuaarma.gov.br/perguntas-e-respostas/>. Acesso em: 20 Set. 2011.

PREFEITURA DE DIADEMA. **A cidade**. Disponível em: <http://www.diadema.sp.gov.br/municipio/a-cidade/1783-dados-gerais.html>. Acesso em: 22 Jan. 2012.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Estatísticas**. Disponível em: <http://www.ssp.sp.gov.br/estatistica/dados.aspx?id=496>. Acesso em: 10 Jan. 2012.

SINDICATO DOS POLICIAIS CIVIS DO ESTADO DA BAHIA. **Bahia é o 7º estado com pior índice de homicídios**. Disponível em:

http://www.sindpoc.org.br/div_noticia_16.html. Acesso em: 17 Abr. 2012.

REZENDE, Manuel Morgado; RODRIGUES, Marcelo Fabiano; ALMEIDA, Sonia Maria de, 2009. **Fechamento de bares e violência: breves considerações**. Instituto Metodista de Ensino Superior, 2009.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Não Matarás**. São Paulo: Editora FGV, 2008.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **Global study on homicide 2011**. Disponível em: http://www.unodoc.org/documents/data-and-analysis/statistics/Homicide/Globa_study_on_homicide_2011_web_pdf. Acesso em: 23 Set. 2011.

WAISELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da Violência - 2010**. Instituto Sangari, 2011.

WAISELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da Violência - 2011**. Instituto Sangari, 2012.

ZALUAR, Alba. **Democratização inacabada: fracasso da segurança pública**. UFRJ, 2007.

ZAVERUCHA, J. . Polícia, Democracia, Estado de Direito e Direitos Humanos. **Revista Brasileira de Direito Constitucional**, São Paulo, 2004.

ZAVERUCHA, J. . Constituição, Polícia Militar e Forças Armadas: Que Democracia é essa?. In: Benedito Domingos Mariano ; Isabel Freitas. (Org.). **Polícia :Desafio da Democracia Brasileira**. Porto Alegre: CORAG, 2002, v. 1, p. 79-96.